

A VOZ INFLAMADA DO POETA FRANÇA

Mariana Andrade Gomes*

Resumo: qual é a cor do cânone literário brasileiro? Como operam as formas (tentativas) de silenciamento e apagamento das discussões e representações étnicas e raciais nas hegemônicas produções literárias brasileiras? Como se dão as estratégias de resistência empreendidas pela Literatura negra? Reconhecendo as limitações diante da brevidade que o presente texto apresenta, bem como a profundidade de reflexão que a temática requer, além de buscar alargar os estudos já apreendidos na área, pretende-se focalizar parte da poesia de Valdemilton Alfredo de França contida em seu livro póstumo *Poeminflamado*, de 2012. O poeta pernambucano França, autodeclarado negro, nasceu em 1955, encantou-se em 2007. Para discutir tais questões, são utilizadas teorias que problematizam o racismo e o nacionalismo, assim como os processos de apagamento e silenciamento exercidos pela memória e história “oficiais”, de acordo com as proposições de Stella Bresciani, Etienne Balibar, Hugo Achugar, João Hernesto Weber e Michael Pollak. Entende-se que a escrita de França e de outras/os autoras/es da Literatura Negra-Brasileira reivindicam a valorização e reconhecimento do protagonismo de narrativas e personagens subalternizadas pelo discurso hegemônico.

Palavras-chave: Literatura Negra-Brasileira; Memória; Silenciamento; Racismo; Nacionalismo.

THE INFLAMED VOICE OF POET FRANÇA

Abstract: what is the color of the Brazilian literary canon? How do (tentative) forms of silencing and erasure of ethnic and racial discussions and representations in hegemonic Brazilian literary productions operate? How do the resistance strategies undertaken by Black Literature take place? Acknowledging the limitations of the brevity presented by the present text, as well as the depth of reflection that the theme requires, in addition to seeking to broaden the studies already apprehended in the area, it is intended to focus on part of the poetry of Valdemilton Alfredo de França contained in his *Poeminflamado* posthumous book of 2012. The poet França, self-declared black, born in Pernambuco in 1955, departed in 2007. In order to discuss such questions, some theories will be used to problematize racism and nationalism, as well as the processes of erasure and silencing Exercised by "official" memory and history, according to the propositions of Stella Bresciani, Etienne Balibar, Hugo Achugar, John Hernesto Weber and Michael Pollak. It is understood that the writing of França and other authors of the Black-Brazilian Literature claims the valorization and recognition of the protagonism of narratives and characters subalternized by the hegemonic discourse.

Keywords: Black-Brazilian Literature; Memory; Silencing; Racism; Nationalism.

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Cursa Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura (PPGLitCult), integrante da linha de pesquisa Documentos da Memória Cultural, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Recebido em 10/04/2017. Aceito em 11/06/2017.

Apresentação

Duas inquietações norteiam esta proposição de estudo: em que medida a história “oficial” nacional promove o esquecimento e até mesmo o esvaziamento da questão étnico-racial, no que se refere ao povo negro e como operam as estratégias de resistência através da literatura negra contemporânea? Levando em consideração a profundidade e a extensão que possíveis leituras acerca destas duas indagações exigem, proponho a análise de três poemas (dois sem título e um chamado “Contestação”) do livro *Poeminflamado*, do poeta pernambucano Valdemilton Alfredo de França¹, conhecido como França, lançado postumamente em 2012, no qual o escritor propõe reflexões sobre seus enfrentamentos e questionamentos enquanto autor auto-identificado como negro. O poeta indaga sobre a condição histórica do negro quando assinala em um de seus poemas: “Por quê este olhar desconfiado/ Meu, do meu pai, do meu avô/ De quem não sabe se tem permissão/ Para rir, chorar, gritar, gemer, gozar?/ Permissão pra reclamar, se irritar, se exceder;/ Permissão para mijar, permissão para ser,/ Para ter, para estar?”.

França, assim como outros escritores e escritoras que passam pelo processo de invisibilização de negros em espaços públicos, tem que lidar com a dificuldade para ter seus textos publicados, o questionamento quanto à “qualidade” de sua produção, “depreciando-a” ao caracterizá-la como “autobiográfica” ou “literatura militante”, dentre outros entraves. O processo de apagamento de escritores negros e escritoras negras ocorre já na não eleição para sua consagração (KHOTE, 2003, p. 108, apud RISO, 2014, p. 21), enquanto cânone, resultando na total ausência desses autores e autoras, autodeclarados negros e negras, bem como suas temáticas, nos compêndios das obras basilares da literatura brasileira. Michel Pollak, em seu texto *Memória, esquecimento, silêncio* (1989), assevera que:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. (POLLAK, 1989, p. 2)

¹ Para um perfil mais completo do escritor, acessar o endereço eletrônico <http://www.interpoetica.com/site/index.php?option=com_content&view=article&id=360&catid=64>.

Ressalvando o caráter de subalterno acima descrito por Pollak (1989) e destacando-se o processo de subalternização, como algo não passivo e sempre exposto a reações de resistência, para compreender a trajetória de enfrentamento de negras e negros no Brasil, busco analisar como a literatura enquanto objeto estético promove o protagonismo do sujeito negro e de suas reivindicações em um movimento inverso à invisibilização imposta pela literatura “oficial”, no sentido de literatura legitimada pelo discurso hegemônico.

Para dar conta destas inquietações, é mister compreender quais são os processos que envolvem o racismo presente nos discursos nacionais que moldam obras literárias tidas como canônicas, recorrendo, para isso, ao texto de Etienne Balibar intitulado *Racismo y Nacionalismo* (1988), norteando-me no questionamento: “A partir de que modelos, em finais do século XX, temos configurado nossa concepção de racismo, inscrita em definições quase oficiais?” (BALIBAR, 1988, p. 3).

Deste modo, lanço mão de análises que investiguem os usos da memória, tais quais reivindicam o corpus de estudo deste ensaio, no que recorro às proposições de Hugo Achugar, no capítulo “Direitos de memória, sobre independências e estados-nação na América Latina” (2006), em que o autor assinala os espaços da memória como lugares de lutas políticas ao utilizar uma citação de Elizabeth Jelin. Achugar (2006) assinala que a transmissão da memória se constitui como ato de barbárie que implica em ocultamento, esquecimento, silenciamento e distorção e nas revisões contemporâneas da memória (passado) que acarretam na incorporação de novas vozes.

“Zumbi morreu em vão!”

Etienne Balibar (1988) afirma que os discursos sobre raça e nação nunca se afastaram demasiadamente, de modo que as organizações racistas reivindicam para si a alcunha de “nacionalistas”, promovendo assim a irredutibilidade de ambos os termos. O nacionalismo seria então a única causa, ou pelo menos a condição determinante, para o surgimento do racismo. Nesse sentido, Balibar (1988) critica as estratégias de eufemização de certos historiadores que procuram situar o racismo fora do campo do nacionalismo, como se fosse possível defini-lo sem o incluir nos movimentos racistas, o que implicaria afastá-lo das relações sociais que os induzem e que são indissociáveis do nacionalismo contemporâneo e, principalmente, do imperialismo.

Contudo, estas questões não significam, necessariamente, que o racismo seja uma consequência inevitável do nacionalismo, tampouco, que o nacionalismo seja historicamente impossível sem a existência de um racismo latente e aberto. O filósofo ressalva que tais categorias, bem como suas articulações, persistem. Não se deve ter medo de buscar conscientemente suas causas, o que torna inoperante qualquer “purismo” conceitual. Assim, a partir das observações de Balibar e atentando em como sentimentos relacionados ao nacionalismo brasileiro podem esvaziar as demandas identitárias étnicas, analisa-se na poesia de França, questionamentos acerca do apagamento da história das negras e dos negros na história do Brasil, suscitando sentimentos de inquietação e indignação, como se pode observar neste poema presente na coletânea *Poeminflamado* de 2012:

Ai minha preta, tu me pedes
Para falar sobre os negros
No dia treze de maio e eu choro:
Agora que conheço a história
Desdenho do branco que a fez

Ai minha preta tu me pedes
Para falar sobre os negros
No dia vinte de novembro e eu pasmo:
Gritos ecoam na minha mente:
Zumbi morreu! Zumbi morreu em vão!

E ainda me pedes minha querida
Para falar sobre os negros
Que estudam na minha escola
E eu lembro tê-los visto apenas do lado de fora

Mais na Igreja do que na Escola
Sem rei, sem terra, distinção ou louvor
Lavando latrinas, lambendo sapatos
No Brasil, os negros estão onde sempre estiveram!

Sobre os negros, minha preta
Eu não falo. Ou tu não vês
Toda essa gente explorada
E todo mundo calado? (FRANÇA, 2012, p. 135)

Tal postura contestatória fica explícita em trechos como “Agora que conheço a história/Desdenho do branco que a fez” e atesta as táticas de esquecimento promovidas pela história, ao objetar-se à data comemorativa do dia treze de maio, ocasião que marca a abolição oficial da escravatura. Esta data não celebra a luta de negras e negros por sua liberdade, pois não vangloria personagens que representaram a resistência, como Zumbi e Dandara. O treze

de maio ficou conhecido apenas pelo gesto da princesa Isabel de assinar a Lei Áurea, muito mais como um ato de bondade e complacência do que pela demanda econômica proveniente dos altos custos de manutenção deste regime de servidão forçada.

Portanto, ao engrandecer a figura da princesa Isabel, negras e negros aparecem como indivíduos passivos, carentes de intervenção externa, especificamente, de uma mulher branca pertencente à nobreza. Daí que Hugo Achugar (2006, p. 235-236) afirma que a narrativa da nação é realizada por aqueles que têm o poder para impor seu relato, e no caso brasileiro, este poder nunca esteve em mãos negras, compreendidas como “antagonismos sociais” capazes de perturbar a “tranquilidade” nacional (ibidem, p. 233). Tal situação de tirania contra o povo negro é aludida nos versos do poema “Sobre os negros, minha preta, eu não falo./ Ou tu não vês toda essa gente explorada e todo mundo calado?”. Essa condição de silenciamento opera nestas datas comemorativas como o dia treze de maio. Um silenciamento que busca promover o controle da história através da “monumentalização da memória [que] proclamava uma memória única, nacional e homogeneizante.” (ibidem, p. 240).

A “reparação do passado e do impulso utópico de construir sociedades sem as injustiças do passado” (ibidem, p. 223) foi uma das motivações para a comemoração do dia 20 de novembro, contudo, França interroga a legitimidade desta data quando destaca que “Zumbi morreu em vão”. Mesmo com todas as lutas, a equiparidade entre negros e brancos nunca foi uma realidade concreta no país e a indignação do poeta recai sobre a indiferença perante esta situação, “Toda essa gente explorada e todo mundo calado?”. Diante de tal situação, em datas que se comemoram as vitórias de um nacionalismo brasileiro, como o treze de maio, celebram-se, contudo, a vitória de somente uma parte da sociedade; aquela que “sempre” vence.

De que cor é o nosso nacionalismo?

Uma vez que o “nosso” cânone literário (e até mesmo crítico) é formado por componentes do grupo dominante, tanto no passado como nos dias atuais, questiona-se: onde está a representatividade, nas Academias de Letras do Brasil, de grupos que não pertencem à

hegemonia² branca, masculina, heteronormativa, rica e sudestina? Qual é a cor da literatura brasileira? João Hernesto Weber salienta, no capítulo “Redimensionando a nação, a nacionalidade e a literatura: Sílvio Romero e José Veríssimo” presente no livro *A nação e o paraíso*, de 1997, o relevo que a questão nacional adquire na *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero (um dos cânones da crítica literária) na qual nota-se que a lógica de análise deve se balizar pelo nacionalismo fundamentado na miscigenação e não (apenas) na imitação de modelos estrangeiros, deste modo, “A nacionalidade é critério de seleção, ordenação e valorização do literário, enfim.” (WEBER, 1997, p. 71).

Para os setores ascendentes do Vale do Paraíba, em 1870/1880 era necessário “criar” uma nova “simbologia que abraçasse a **nação como um todo**” (Ibidem, p. 78 – grifo do autor), daí a importância do conceito de miscigenação, a concepção de uma mistura que “apaga” as diferenças tornando negros, índios, nordestinos e nortistas como uma categoria única de brasileiros “indiferenciados”. De tal modo, no projeto nacionalista de Sílvio Romero (como contributo inegável para esse “novo” nacionalismo) destaca Weber (1997, p. 78), todos os segmentos são contemplados de “forma conjugada, através da criação da nação como um ente miscigenado, em que cabia a descentralização, o federalismo, o negro, o branqueamento da raça.”. Weber (Ibidem) assinala que o caso do negro assume um papel significativo neste contexto, pois a partir do momento em que a história exige a transformação de escravizado em homem formalmente livre, o negro passa a integrar a “Nação”.

Entretanto, ainda compreendido como grupo inferior, o processo de inclusão de negros e negras à Nação deve estar submetido ao branqueamento da raça como resultado da “intensa” mistura entre os povos como prevê a miscigenação. Nessa “aquarela”³ brasileira, a obra de Sílvio Romero e os grupos ascendentes

[...] estabelecem as fronteiras sociais dessa nova entidade nacional dizendo que o negro é inferior, e que precisa ser gradualmente extinto pela ação do branqueamento racial, enquanto, no contraponto, enaltecem a dominação branca (o que era uma perspectiva imperialista na Europa recebe aqui uma leitura marcadamente classista). (Ibidem)

² Lanço mão do conceito de grupo hegemônico à luz das reflexões gramscianas, cuja acepção estabelece o grupo com maior dominância, controle ou poder, não necessariamente à quantidade, no que se relacionaria com a maioria. O que não é o caso brasileiro. Utilizo grupo hegemônico como um termo sinônimo à palavra elite.

³ Utilizo o termo aquarela entre aspas para sinalizar que tal coexistência harmoniosa (e até estratégica) entre as cores, como se espera da elaboração estética de uma paleta de cores, não existe. Trata-se então de uma referência utópica, romantizada.

Para além do projeto de Sílvio Romero, a literatura brasileira das feiras literárias internacionais e nacionais, das grandes editoras, das prateleiras das maiores livrarias, das leituras obrigatórias do ensino (mesmo com as leis 10.639/2003 e 11.645/2008), possui uma única cor. Assim como alerta Weber, este projeto de nacionalismo serviu/serve como fundamentação para a hegemonia branca que se coloca como principal representante da “Nação” brasileira. E este protagonismo pálido é uma das inquietações do poeta França:

Café não é preto
Açúcar não é branco
Cacau não é marrom
Amarelo não é ouro
É a farda do gari
De que cores tô falando?

O natural não é pálido
Nem cinza é a natureza
A garrafa de aguardente
Contém lágrimas de criança
Será que dá para ver
De que cores tô falando?

Veja a cor da igualdade
E da Justiça Social
“A liberdade é azul”
Logo o azul, tão pastel?
Do exército brasileiro, da polícia militar
De que cores tô falando?

Da cor da Universidade
E da TV colorida onde preto não é cor
Nem há ausência de cores
Qual a cor da cabra alada e a do burro quando foge
E do maracatu atômico
De que cores tô falando?

Já estou ficando tiririca
De que cor estou falando? (FRANÇA, 2012, p. 147)

A tentativa de unificação dos grupos, empreendida tanto por essa ideia de nacionalidade proposta por Sílvio Romero e pelos segmentos ascendentes da República Velha e, posteriormente, reivindicada pelo projeto da democracia racial fomentada por Gilberto Freyre, quanto em períodos quando esse sentimento de apreço nacional é novamente reclamado – como no caso dos campeonatos mundiais de futebol, por exemplo –, esvazia as diferenças e silencia várias demandas identitárias. Sob o “manto da igualdade”, as necessidades de equiparação são obnubiladas e as tensões resultantes da histórica

trajetória de discriminação e violência contra os grupos oprimidos são exauridas. Pois, como postula Stella Bresciani:

[...] a identidade nacional, qualquer uma, oferecesse enquanto *lugar-comum*, possibilitando à pluralidade de falas formuladas em lugares “diferentes” estabelecer diálogo, comparações e posições contrastantes, a despeito da instabilidade e dos múltiplos deslocamentos das imagens e representações que as constituem. (BRESCIANI, s.d., p. 403 – grifo da autora).

França questiona a representatividade da cor negra ao ressaltar que a branquitude ocupa diversos setores importantes da sociedade, tais quais a universidade e a TV, sendo relegado à população negra a farda de gari, os trabalhos de subexistência, nunca de protagonismo. Sua poesia inicia colocando a questão no plural “de que *cores* tô falando?” e termina no singular “de que *cor* tô falando?” (grifos nossos), como se interrogasse qual cor subjuga as outras. Quando afirma que “o natural não é pálido” podemos comparar a observação do poeta com o fato de que, no senso comum, a cor que representa a pele, chamada inclusive de “cor de pele”, não está presente nos tons escuros como marrons ou pretos, mas sim, nas paletas róseas, quase brancas.

Ainda se acentua tal comprovação no trecho em que diz “E da TV colorida onde preto não é cor”, no que podemos interpretar como a falta de atrizes e atores negros e negras nos elencos das emissoras televisivas, com exceção de papéis de escravizadas(os), pobres e/ou trabalhadoras(es) domésticas(os). A falta de representatividade nos espaços midiáticos pode ser alargada quando se evidencia a ausência de diretoras(es), roteiristas, produtoras(es), público-alvo negros e negras e demais sujeitos que protagonizem e/ou produzam conteúdos direcionados à população negra⁴.

Silenciando o passado e gritando pelo futuro

Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (2011, p. 36) asseveram que “A memória fundadora da unidade nacional é, ao mesmo tempo e necessariamente, esquecimento das condições de produção desta unidade: a violência e o arbitrário originais e a multiplicidade das origens étnicas”. Destarte, o discurso literário nacional opera da mesma maneira que a

⁴ Tal afirmação não esvazia ou silencia trajetórias artísticas que buscam, há muito tempo, constituírem-se enquanto manifestações de resistência como as carreiras de Ruth de Souza, Léa Garcia, Antonio Pitanga e, atualmente, seus filhos Camila e Rocco Pitanga, bem como as novas iniciativas de Lázaro Ramos, Taís Araújo, Thalma de Freitas dentre outras e outros (para ampliar a discussão, ver o documentário *A negação do Brasil* (2000), realizado por Joelzito Araújo). Embora estas personalidades representem importante legado, ainda compõem um cenário de exceção perante a maioria branca do panorama audiovisual brasileiro.

memória fundadora da unidade nacional, como pontuam Poutignat e Streiff-Fenart; através da seleção, esquecimento e apagamento dos conflitos. Para que o “sonho” da nação, conforme estabelece Achugar (2006, p. 231) amparado nas postulações de Gourgouris, resulte nesta “unidade nacional”, assinalada por Poutignat e Streiff-Fenart, é necessário eliminar “todo resíduo de antagonismo social” (ACHUGAR, 2006, p. 233). Esta eliminação dos antagonismos sociais ou não, promove o silenciamento do passado como forma de garantir a tranquilidade do sonho nacional (Ibidem).

Deste modo, é tarefa do Estado, enquanto guardião de uma atualização do sonho da nação, segundo Halbwegs citado por Achugar (Ibidem), promover o esquecimento de parte do passado para fazer desaparecer/eliminar o que não integra o projeto unificador nacional. Todavia, mesmo que seja a função do Estado garantir e manter o “sonho nacional” distante das “ameaças de degeneração”, outros aparatos ideológicos servem como subsídio para perpetuação do discurso nacional no plano simbólico, tais como os relatos históricos e, como já colocado anteriormente, os literários:

Essa função de “custódio” da lembrança, essa profissão de ‘preservador’ da memória é exercida por aquele que conta a história, pois aquele que historia é o ‘histor’, ‘o que sabe’ (De Certau). De fato, o Estado, através do sistema educativo, ou da ritualização da festa e da monumentalização dos heróis, ou da imposição dos ‘feriados nacionais’ – os conhecidos Aparatos Ideológicos do Estado – será quem assuma essa função “daquele que sabe”. (Ibidem, p. 236).

Sobre a função do letrado como encarregado de transmitir a história e que nessa tarefa pode assumir múltiplas faces ou posições, Achugar assinala:

Mas esse letrado, que tem, a seu cargo, a transmissão da história ‘em benefício dos atores’ e ‘em benefício da posteridade’ pode ter múltiplas faces ou posições. Pode ser a ‘dobradiça’, o ‘laço de união’ entre a velha e a nova ordem, encarregado de transmitir o passado sem que isso implique uma ruptura e possibilite o estabelecimento da nova e futura ordem sem gerar ‘traumas’. Pode ser, também, já não o ‘articulador’, mas o ‘intérprete’ e o ‘filtro’ da memória que possibilite a releitura do passado e ofereça as bases do novo relato fundante da história; assim como também pode ser quem possibilite o esquecimento implícito no novo relato. (Ibidem).

Como mencionado anteriormente, no processo de transmissão de memória, a seleção e o esquecimento como fatores inerentes, promovem uma negação da narrativa de grupos minoritários, compreendidos pelo Estado e seus aparatos ideológicos como degenerações do sonho nacional. Portanto, mesmo que um novo relato seja formulado,

algum grupo deixará de ser contemplado no projeto de nacionalismo, visto que tal apagamento é parte fundamental do processo.

Isso posto, observa-se que mesmo no “novo” relato promovido por Sílvio Romero e os adeptos da miscigenação não houve espaço para narrativas que dessem conta de grupos como negros, indígenas e nordestinos, todos compreendidos genericamente como brasileiros e não reconhecidos em suas diferenças. Essa recusa de narrativas outras que não estejam de acordo com o grupo hegemônico resultou no silenciamento do passado de negros e negras e na criação de vários estereótipos que limitam e subjagam tais sujeitos, impossibilitando-os de serem protagonistas de suas próprias histórias.

No poema *Constatação* França interpela quem é o responsável por toda a passividade e a falta de cidadania que atinge negras e negros.

Constatação

Onde foi que eu perdi
A minha naturalidade?
Que gesto ou palavra aprisionou
A minha espontaneidade?
Ou foi a mão do meu pai, fazendo não,
Antecipando-se ao meu ato,
Precipitando-se ao meu gesto...
Ou será porque sou negro, quero dizer,
Todos os negros são assim?
Por quê este olhar desconfiado
Meu, do meu pai, do meu avô
De quem não sabe se tem permissão
Para rir, chorar, gritar, gemer, gozar?
Permissão pra reclamar, se irritar, se exceder;
Permissão para mijar, permissão para ser,
Para ter, para estar?
Ainda chamam de arrogante
O negro que não tem o olhar subserviente: Negro Besta.
Eu passei a minha vida inteira pedindo desculpas:
“Desculpe-me por estar aqui... por ter que me ver.”
Sr. Analista: Em que momento da minha vida
Me tornaram assim? A que tipo de lavagem me submeteram?
Quanto tenho que pagar para ter de volta minha cidadania?
Estudar pra ser Doutor?
Pergunte ao Dr. Negro o que ele teve de fazer pra ser Doutor
Ser jogador de Futebol?
Até Romário tem os olhos baixos, ou melhor,
Pergunte a ele se ele é negro.
Não, não adianta dizer que a escravidão acabou.
Eles ainda são senhores de todos os nossos passos
Antes, da nossa vida, nosso corpo;

Hoje das nossas mentes e dos nossos destinos.
Elegem um negro e dizem: Você é o nosso rei.
Desde que nos diga que é rico
E a eles que é branco!
Cabe-nos fazer alarido para despertar Zumbi
O Zumba que hoje dorme em cada um de nós.
Fazer uma guerra, sem tréguas, sem bombas, sem par
Uma guerra na rua, no trabalho, na escola, na casa:
OLHAR COM ALTIVEZ! E NUNCA NA VIDA A CABEÇA BAIXAR.
(FRANÇA, 2012, p. 144-145)

França convoca os negros a interrogar sua atitude de submissão; de questionar quem lhes colocou neste lugar de inferioridade; de subjugação de corpos, mentes e destinos. Em uma linha de raciocínio próxima à empreendida pelo poeta pode-se compreender essa passividade em analogia à atitude essencialmente obediente com a qual é descrita a condição de escravizado. Ao utilizar o termo escravo como essência, como condição inerente ao povo negro trazido de África ou descendente de africanos, se acentua o caráter de submissão, como se esta condição fosse tão essencializante que deveria permanecer no comportamento de negros e negras de modo que não tivessem o direito de se rebelar – como se revoltas não tivessem acontecido na história do Brasil, mas só o que se sabe/o que se narra é a versão dos vencedores.

A recusa de história(s), a negação de símbolos, heróis e heroínas acomete o povo negro; a história “oficial” apenas mostra o passado de escravização e ensina que assim deve permanecer: sem cidadania, sem necessidades e desejos, sem lazer ou prazer, vivendo para sobreviver. França, em *Constatação*, associa a sua educação privada de espontaneidades à condição de negro, questionando se todos os negros são/agem assim. O poeta interroga sobre qual seria o motivo de tanta desconfiança, de tanta contenção? Seria a necessidade de sobrevivência? De atender às expectativas de subordinação? Indaga também quanto à equiparidade de oportunidades: “Quanto tenho que pagar para ter de volta minha cidadania?/ Estudar pra ser Doutor?/ Pergunte ao Dr. Negro o que ele teve de fazer pra ser Doutor”.

Observa-se, assim, a reificação do negro, confinado em ter instintos ao invés de sentimentos, em ser sempre objeto, nunca sujeito. E quando sujeito, assujeitado, tendo que negar sua identidade enquanto negro, como no caso aludido pelo poeta do jogador de futebol Romário. A violência simbólica (e não apenas neste plano) ainda persiste conforme assevera França: “Não, não adianta dizer que a escravidão acabou. / Eles ainda são senhores de todos os nossos passos”. Um dos sentidos que se pode atribuir a esta e outras poesias de França é o estímulo à resistência, ao combate: “Fazer uma guerra, sem tréguas, sem bombas, sem par/ Uma guerra na rua, no trabalho, na escola, na casa:/ OLHAR COM ALTIVEZ! E NUNCA

NA VIDA A CABEÇA BAIXAR.”. Por meio do poema, a/o leitor/a é convidada/o a não aceitar as histórias como únicas versões; ocupar todos os espaços; reivindicar o direito à memória, à história e à vida.

Deve-se observar que o sujeito das poesias de França, mesmo falando de um ponto de vista individual em primeira pessoa, cujo transbordamento da subjetividade é calcado em uma história que pode assumir contornos coletivos, é permeado pela reivindicação de uma memória que se quer coletiva, socialmente inclusiva.

Em um campo dominado pela elite letrada que controla a distribuição, a divulgação e a “canonização” das produções literárias; em um meio em que os personagens têm fenótipos que estereotipam e reificam grupos subjugados; são as obras de França, Miró da Muribeca, Cida Pedrosa, Inaldete Pinheiro, dentre autoras e autores pernambucanos, Firmina dos Reis, Carolina de Jesus, Conceição Evaristo, Elizandra Souza, Cristiane Sobral e tantas escritoras e escritores que se gritam negras e negros, pertencentes à Literatura Negra-Brasileira ou Afro-Brasileira (com letras maiúsculas sim), que a história do povo negro é contada, resgatando e revivendo sua memória, retomando protagonismos e reivindicando as diferenças. São as novas narrativas protagonizadas e escritas por essa literatura proporcionarão os novos relatos previstos por Hugo Achugar (2006), dando conta de histórias outras que não as controladas pelos grupos hegemônicos e que, ao reinscrever-se na memória nacional, projetar-se-ão para o futuro com aspirações à justa equidade.

Referências

ACHUGAR, Hugo. Direitos de memória, sobre independências e estados-nação na América Latina. In: _____. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

BALIBAR, Etienne. *Racismo y Nacionalismo*. 1988. Disponível em: <http://minhateca.com.br/kureda/Livros/Etienne+Balibar/Balibar*2c+Etienne__racismo-y-nacionalismo-24-pag-70998377.pdf>. Acesso em: 9 set. 2014.

BRESCIANI, Stella. Ressentimentos e conformação de identidades. In: _____. NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento – Indagações sobre uma questão sensível*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2004, p. 399-422.

FRANÇA, Valdemilton Alfredo de. *Poeminflamado*. Recife: Provisual Gráfica e Editora, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2014.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Raça, etnia e nação. In: _____. *Teorias da Etnicidade*. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

RISO, Ricardo Silva Ramos de Souza. *Afirmando outras versões da história...* Memória e identidade nas poéticas de Éle Semog e José Luis Hopffer Almada. Dissertação (Mestrado) – CEFET-RJ/IFRJ, Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais. Rio de Janeiro: 2014.

WEBER, João Hernesto. Redimensionando a nação, a nacionalidade e a literatura: Sílvio Romero e José Veríssimo. In: _____. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1997, p. 69-89.